

A INDUÇÃO PLANEJADA DA INDÚSTRIA – REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A FORMAÇÃO DO COMPLEXO CELULOSE-PAPEL EM TRÊS LAGOAS (MS)¹

LA INDUCCIÓN PLANEADA DE LA INDUSTRIA – REFLEXIONES INICIALES SOBRE LA FORMACIÓN DEL COMPLEJO CELULOSA- PAPEL EN TRÊS LAGOAS (MS)

Guilherme Marini Perpetua²
Antonio Thomaz Júnior³

RESUMO: a partir de meados da década de 1990, o município de Três Lagoas (MS) passou a experimentar um frenético processo de industrialização que tem como carro-chefe as inversões do setor de celulose e papel. Em meio aos mais diversos desdobramentos territoriais desse processo, a opinião pública tem sido orientada pela propalada crença na vocação natural do município e de sua região para a atividade agro-florestal e a industrialização, bem como pela ideia de que sua transformação num grande pólo mundial da produção de celulose é a via pela qual alcançarão o desenvolvimento. O presente artigo visa mensurar e compreender o papel do planejamento governamental no processo de territorialização deste complexo agro-industrial, através de uma análise retrospectiva da ação do Estado sob a forma dos sucessivos governos na indução da atividade industrial nesse

¹ O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa de mestrado intitulada “Dinâmica geográfica da mobilidade do capital e do trabalho em face da territorialização do complexo celulose-papel na microrregião de Três Lagoas (MS)”. Agradecemos a Profa. Dra. Silvana de Abreu pela rica bibliografia com a qual tivemos contato em disciplina por ela ministrada no curso de mestrado em Geografia da UFGD.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PP-GG/UFGD) e bolsista CAPES. E-mail: geomarini@yahoo.com.br.

³ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação - FCT/UNESP/ Pres. Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT. E-mail: thomazjrgeo@terra.com.br

município, no intuito de apresentar, por meio dela, elementos que possam ajudar na desconstrução desse discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; desenvolvimento; planejamento governamental; complexo celulose-papel; desdobramentos espaciais.

RESUMEN: desde de alrededor de la mitad de la década de 1990, la ciudad de Três Lagoas (MS) pasó a experimentar un frenético proceso de industrialización que tiene como buque insignia las inversiones del sector de celulosa y papel. En medio de los más diversos acontecimientos territoriales de ese proceso, la opinión pública ha ido orientada por la cacareada creencia en la vocación natural de la ciudad y de su región para la actividad agroforestal y la industrialización, así como por la idea de que su transformación en un gran polo mundial de la producción de celulosa es el camino por lo cual alcanzarán el desarrollo. El presente artículo tiene como objetivo medir y comprender el papel del planeamiento gubernamental en el proceso de territorialización de este complejo agro-industrial, por una análise retrospectiva de la acción del Estado sob la forma dos sucesivos gobiernos en la inducción de la actividad industrial en esa ciudad, para presentar, por medio de ella, elementos que pueden ayudar en la desconstrucción de ese discurso.

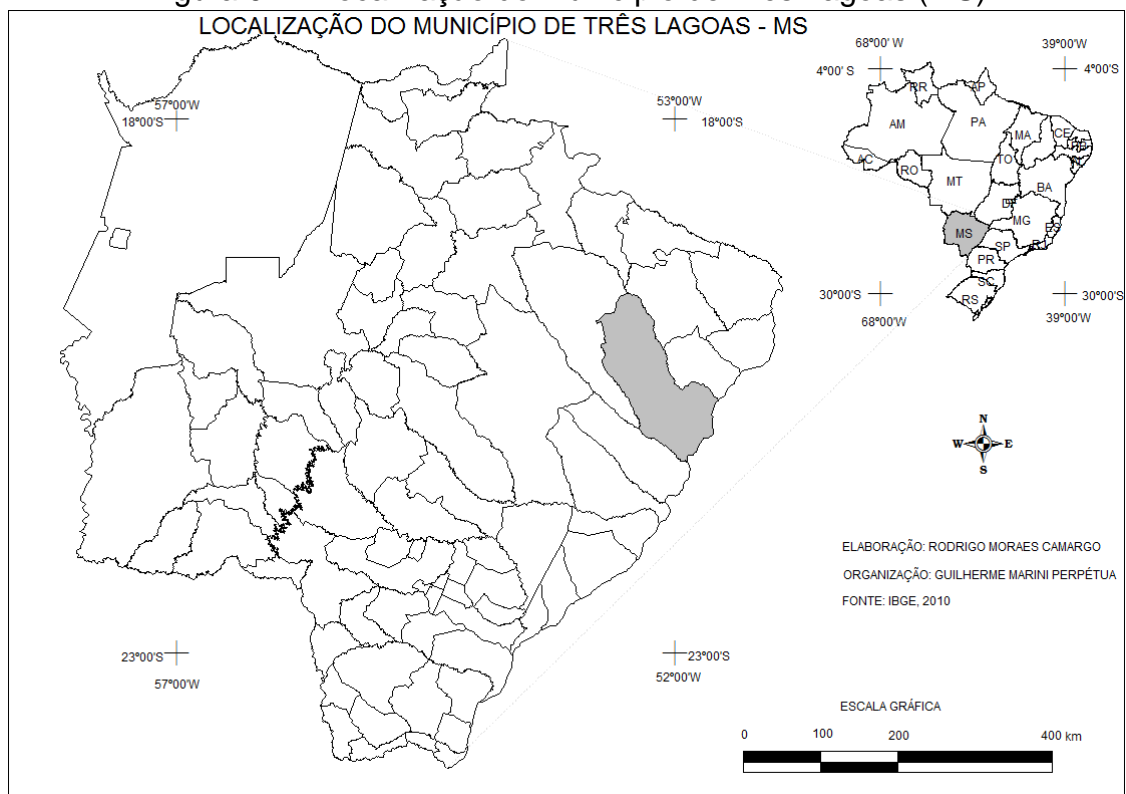
PALAVRAS-CLAVE: Estado; desarrollo; planeamiento governamental; complejo celulosa- papel; implicaciones espaciales.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A partir de meados da década de 1990, o município de Três Lagoas, localizado no Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul e à margem direita do Rio Paraná, começa a esboçar os primeiros traços do que tem sido, desde então, um frenético e diversificado processo de industrialização. Dezenas de empresas passaram a instalar suas plantas fabris no território tradicionalmente agropastoril do

município, buscando aproveitar ao máximo as “vantagens locais” por ele oferecidas e consubstanciando uma cinemática da qual têm se desdobrado alterações significativas na economia, no modo de vida, no espaço e na paisagem do município e de sua microrregião⁴.

Figura 01 – Localização do Município de Três Lagoas (MS)



Muito embora esse seja um fenômeno atual, para o compreendermos é preciso que levemos em consideração o fato de que ele faz parte do próprio processo histórico e geográfico de constituição do município e da região no contexto

⁴ De acordo com a regionalização oficial do IBGE, a microrregião de Três Lagoas (MS) é composta pelos municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Ribas do Rio Pardo e Água Clara.

do estado⁵ de Mato Grosso do Sul. Como explicam Campache & Silva (2010), a industrialização atual em Três Lagoas constitui o mais recente dos “saltos desenvolvimentistas” do município, considerados como movimentos que impulsionaram o seu crescimento de “(...) e reforçaram o discurso hegemônico das elites locais sobre o *progresso* e o *desenvolvimento* da cidade” (p. 877)⁶. Segundo esse autor o primeiro salto ocorreu no início do século passado, a partir de 1911, com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB); o segundo, efetivou-se com a construção da Usina Hidrelétrica “Engenheiro Souza Dias” (ou “Usina do Jupirá”), primeira etapa do Complexo Hidroelétrico Urubupungá, com início em meados da década de 1960; e o terceiro e último, com a “migração” de indústrias dos ramos alimentício, têxtil, calçadista e de papel e celulose para cidade⁷.

Conquanto a recente industrialização tenha um caráter relativamente diversificado, o seu carro-chefe são as indústrias do setor de celulose e papel, que, quer pela vultuosidade dos investimentos, quer pela expressiva participação no crescimento exacerbado da economia e das exportações do município, têm ditado o tom do processo e dos discursos das frações de classes dominantes e dos agentes do poder público que a ele fazem alusão.

O *start* inicial da instalação deste tipo específico de indústria em Três Lagoas ocorreu com a chegada da Votorantim Celulose Papel (VCP) em parceria com a International Paper, que compuseram um projeto em conjunto batizado “Projeto

⁵ Para efeito de diferenciação, grafaremos Estado (com inicial maiúscula) quando nos referimos ao Estado nacional brasileiro, e estado (com inicial minúscula) quando fizermos menção ao nível de governo: o estado de Mato Grosso do Sul.

⁶ Grifos nossos.

⁷ Segundo Campache & Silva (2010, p. 1880), atualmente, existem 60 indústrias instaladas ou em instalação no município, distribuídas pelos ramos mencionados.

Horizonte” a partir de uma troca de ativos entre as duas empresas no ano de 2006, momento em que se deu o lançamento da pedra fundamental do então chamado complexo VCP-IP. Sua construção levou três anos e custou cerca de R\$ 3,88 bilhões, financiados em sua maior parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2009, ano de sua entrada em operação, a unidade já possuía capacidade produtiva de 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose, equivalentes a $\frac{1}{4}$ da produção total da empresa (ALMEIDA, 2010), que, fundida à Aracruz Celulose no mesmo ano, recebeu o nome de Fibria, ascendendo ao posto de maior produtora mundial desta *commoditie*. Nesse mesmo período a empresa já havia anunciado seu objetivo de mais do que dobrar sua capacidade produtiva no município até 2014, com a inauguração de uma segunda linha de produção que acrescentará mais 1,5 milhão de toneladas/ano ao cômputo de sua produção total.

Em 2010, a empresa Eldorado Brasil, pertencente ao grupo JBS, também lançou a pedra fundamental de sua fábrica de celulose no município, um empreendimento ainda mais faraônico orçado em cerca de R\$ 4,8 bilhões e também financiado em grande parte com aportes públicos via BNDES. O referido empreendimento, denominado “Projeto Eldorado”, ainda em construção, visa suplantar a capacidade produtiva da Fibria no município e foi projetado para ser a maior fábrica de celulose de fibra curta branqueada – também chamada “celulose de mercado” - do mundo, com capacidade produtiva de 1,5 milhão de toneladas/ano e entrada em operação prevista para 2012.

Não é de se estranhar, portanto, todo o alarde midiático em torno dessas inversões, que para alguns, já tem feito de Três Lagoas “a capital mundial da celulose”⁸.

Dentre os desdobramentos da territorialização das indústrias de celulose e papel e de seus respectivos eucaliptais, e atrelado a eles, das inúmeras empresas que também compõem o complexo - sobretudo dos setores químico e de plantio de mudas - no município e na microrregião, estão, de um lado, o aumento populacional sem precedentes (de 79.059 habitantes em 2000, para 101.791 em 2010)⁹; o aumento exponencial do PIB total (que passou de R\$ 1,03 bilhão em 2005 para R\$ 2,01 bilhões em 2009) e *per capita* (de R\$ 12.036,00 para R\$ 22.512,35 no mesmo período) do município; o crescimento do emprego formal (de 17.426 em 2006, para 24.091 em 2009); do salário médio (de R\$ 841,00 em 2006 para R\$ 1.138,00 em 2009); da arrecadação de impostos, como, por exemplo, o IPTU (de R\$ 3,8 milhões em 2006 para R\$ 6,4 milhões em 2009) e o ISS (de R\$ 6,2 milhões em 2006 para R\$ 21,1 em 2009); e o aumento do valor da exportação total (de US\$ 12,5 milhões em 2006 para US\$ 347 milhões em 2009)¹⁰.

Por outro lado, no entanto, manifestam-se com igual virulência impactos insidiosos e ainda pouco mensurados, como a concentração fundiária extrema e,

⁸ A *Revista Época*, em sua seção de *Negócios*, publicou no dia 04/04/2010 uma questionável matéria com o título: “Três Lagoas – a capital mundial da celulose”, enaltecendo uma série de efeitos positivos da instalação das empresas do ramo de celulose no município e tratando apenas de forma superficial alguns dos seus impactos mais nefastos. (Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html> – acessado em 20/11/2010).

⁹ De acordo com os dados dos censos de 2000 e 2010 do IBGE (disponíveis em: www.ibge.gov.br).

¹⁰ *Idem*.

paralelamente, a redução da produção de alimentos e a intensificação do êxodo rural (KUDLAVICZ, 2011); o aumento exorbitante do valor dos imóveis e dos aluguéis; a fragmentação do tecido urbano e a intensificação da segregação sócio-espacial (BALDO; SILVA, 2010); a expansão das relações de trabalho precarizadas características da era da acumulação flexível¹¹; o aumento dos índices de criminalidade; a superlotação e precarização dos serviços públicos; danos ambientais graves, como a perda da biodiversidade e a eliminação do *habitat* de diversas espécies, sem falar nos impactos previstos para longo prazo; e, por fim, mas não menos importante, a dissolução de modos de vida tradicionais frente à imposição de novas formas e de um novo ritmo de vida e de trabalho ditados pela produção industrial (CAMPACHE; SILVA, 2010).

Partindo, pois, destas constatações preliminares, o presente artigo visa realizar uma análise retrospectiva da ação do Estado sob a forma dos sucessivos governos na indução da atividade industrial em Três Lagoas, buscando compreender e mensurar o papel do planejamento governamental no processo de territorialização do complexo celulose-papel neste município e em sua microrregião. Com isso pretendemos apontar elementos que possam auxiliar na desconstrução da

¹¹ Embora a maioria dos postos de trabalho gerados direta ou indiretamente pela territorialização do complexo celulose-papel na microrregião esteja dentro do mercado formal, ou seja, com registro em carteira, a maior parte deles não está sob responsabilidade das grandes empresas do setor de celulose e papel, e sim de empresas sub-contratadas como prestadoras de serviços - as "terceirizadas" - que, segundo constatamos em entrevistas realizadas recentemente com líderes sindicais do município, pagam salários menores, efetuam contratos, em geral temporários, apresentam irregularidades quanto às condições de alojamento dos trabalhadores migrantes e, em sua maioria, empregam trabalhadores não representados por sindicato.

tão propalada tese da “vocação natural” do município para o agronegócio do eucalipto e para a industrializa o em geral¹².

PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Nenhuma ideia assumiu tamanha centralidade e onipresença ao longo do século XX quanto a de *desenvolvimento* (SACHS, 2000). Um vocábulo elementar em toda e qualquer política pública que carrega em si a essência e a justificativa ideológica para as a o es de *planejamento* do Estado. Há, portanto, uma rela o intrínseca entre os dois termos destacados, uma vez que, ao menos no plano discursivo, o desenvolvimento   o objetivo último das a o es do planejamento, vistas, por sua vez, como meio para alcança-lo.

Diante desse raciocínio tão corriqueiro, cabe indagarmos: como teria surgido essa correla o e que elementos ideológicos ela poderia esconder? Certamente, as respostas para tais quest o es demandariam longa incursão que não cabe aqui emprendermos; apontaremos, tão somente, alguns de seus aspectos mais gerais sobre os quais se assentar o nossas análises posteriores. Acrescentamos o fato de que as rela o es sociais, as tramas que as envolvem e que redimensionam a dinâmica territorial, por sua vez, constituem um produto da urdidura espacial do metabolismo do capital (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 12).

¹² Para um exemplo, veja-se a matéria “PIB Industrial de Três Lagoas   o 2  de MS” (disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=2192> - acessado em 10/01/2010)

De acordo com Esteva (2000), as primeiras e vagas aparições do conceito de desenvolvimento nas ciências sociais se deram ainda no século XIX, quando ele foi incorporado e assimilado por alguns autores, advindo das ciências da natureza, mais especificamente da biologia. Embora adaptado e portando grande polissemia na atualidade, seu núcleo epistêmico foi mantido, indicando tanto num quanto noutro grande campo científico, os sentidos de *crescimento*, *evolução* e *maturação*; de mudança favorável e de um passo do simples para o complexo. Destarte, o seu uso nas ciências sociais implica aceitar o pressuposto de que existe um estágio superior de sociedade humana que deve ser alcançado, e para o qual devem verter-se todos os esforços.

Ora, como vemos, a tese do desenvolvimento surge no bojo da própria constituição histórica do modo de produção capitalista e da ascensão da burguesia enquanto classe dominante. No entanto, segundo Castoriadis (1987), até a década de 1930, a concepção reinante no mundo capitalista era a de *progresso*, a partir da qual se pressupunham a existência de propriedades inerentes a todas as sociedades humanas e que, com esforço poderiam ser alcançadas. A crise do capitalismo em escala mundial deflagrada em 1929 pôs em xeque tal concepção, disseminando o uso do termo desenvolvimento,

(...) que começou a ser empregado quando se tornou evidente que o 'progresso', a 'expansão', o 'crescimento' não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um 'valor positivo' – das sociedades ocidentais (CASTORIADIS, 1987, p. 140).

Somente a partir de então as nações seriam reclassificadas, agora não mais como “modernas” e “atrasadas”, mas como “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”¹³. Como esclarece Esteva (2000), por trás dessa compreensão jazia um poderoso arcabouço ideológico que justificou em grande medida a ação quase paternal dos EUA após a Segunda Guerra (1937-1945), em sua falsa luta pela reconstrução do mundo - pelo menos do mundo capitalista - e em favor da descolonização, partindo de um anticolonialismo colonizador. Segundo argumenta Sachs (2000), uma das premissas básicas deste pensamento era a crença de que o único caminho possível seria a transformação dos países pobres no sentido de alcançar os ricos, a partir de um nivelamento progressivo em sentido norte-sul.

Desse modo, nas décadas posteriores, os relatórios dos organismos ditos multilaterais, sobretudo do Banco mundial e Fundo Monetário Internacional, passaram a adotar esta compreensão e a “recomendar” impositivamente, ações no sentido de promoção do que se entendia por desenvolvimento aos países do terceiro mundo, e que não raro era tomado como sinônimo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e de industrialização a todo custo.

Seguindo o raciocínio em tela, alcançar esse estado só seria possível através de um processo de *racionalização* das transformações sociais, especialmente da economia, por meio do qual se pudesse traçar, tendo em mente o estágio final pretendido, medidas e ações coordenadas através do planejamento. Dada a escala das transformações e o contexto histórico no qual foram requeridas, marcado pela

¹³ Esteva (2000) indica um discurso do então presidente americano Harry Truman, proferido no imediato pós-segunda guerra mundial, como o grande marco dessa compreensão. Segundo o autor, foi nesse discurso que pela primeira vez se usou o termo “países subdesenvolvidos”, distinção que necessariamente implica a existência de países que sejam “desenvolvidos”.

crise do capitalismo liberal e conseqüente ascensão do Estado interventor, o *welfare state*, no “mundo pobre”, coube ao Estado tomar para si a tarefa de planejar para desenvolver, o que significava assegurar todas as condições necessárias para a livre reprodução do capital – especialmente o industrial – em seu território nacional.

No Brasil, a planificação do território em larga escala com vistas à expansão e reprodução do capital só começou a ocorrer a partir das décadas de 1930-1940 (Era Vargas), ganhando maior impulso na década de 1950 (Governo Juscelino Kubitschek) e consolidando-se durante os governos militares, quando alcança definitivamente o “espaço mato-grossense” (ABREU, 2003) e a região leste do atual estado de Mato Grosso do Sul, então Mato Grosso.

PLANEJAMENTO *BUROCRÁTICO-MILITAR* E PROGRAMAÇÃO ESPACIAL NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil passou por amplas e profundas transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e também territoriais. Diante da conjuntura externa marcada pela guerra fria, e do cenário interno convulsionado pela exacerbação dos tencionamentos sociais advindos da gritante concentração (fundiária, de renda e de riqueza), e, por conseguinte, da desigualdade social inaudita, as frações de classes dominantes optaram por implantar pela força um regime de governo autoritário, que foi responsável por levar a cabo um processo de “modernização” e “homogeneização conservadora do território nacional” (BECKER, 1991, p. 48), por meio dos seus projetos de integração e desenvolvimento.

As sementes de tais transformações foram lançadas ainda durante as décadas de 1920-1930, com o início da crise do modelo agro-exportador e do processo de industrialização por substituição de importações, que juntos conduziram à ascensão da burguesia industrial, que se metamorfoseou com a velha elite agro-exportadora, sem que de fato houvesse sua superação. Nos termos de Ianni (1989), engendrou-se uma “revolução por acomodação sucessiva”, que levou a formação de uma classe dirigente comprometida com a economia agrária e com o imperialismo, e que encontrou no *desenvolvimentismo* a ideologia necessária para justificar seu projeto de ruptura parcial com o presente por meio da industrialização, que não poderia prescindir da referida modernização conservadora.

Tão audacioso projeto foi levado a cabo pelo planejamento do Estado Burocrático-militar – e instrumentalizado por suas superintendências de desenvolvimento regional (SUDESUL, SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUFRAMA) - que, segundo Covre (1983), deve ser entendido como a versão mais lógica de todo esse processo e a expressão política do capitalismo monopolista no território brasileiro.

Dessa forma, como observa Covre (1983), o planejamento dos tecnocratas, que esteve alicerçado sobre a racionalização absoluta, o financiamento externo e o privilégio do grande capital monopolista (nacional ou estrangeiro), afinava-se com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global, promovendo a reinserção do Brasil como “elo de reserva” da cadeia de dominação imperialista para a externalização e superação das contradições de seus elos centrais, sobretudo após 1970. Em razão disto, o país foi “elevado” à condição de “semi-periferia da economia-mundo” a partir desse período (BECKER, 1991, p. 50), situação para a

qual colaboraram algumas condições externas como a descentralização industrial e o aumento da oferta de crédito após a crise do petróleo (os “petrodólares”).

Como nos mostra Becker (1991), a incorporação das áreas mais distantes do centro dinâmico da economia nacional – denominadas “espaços vazios” pelos tecnocratas – ao processo produtivo e a produção do espaço pelo Estado foi *conditio sine qua non* do modelo em questão, atendendo a um duplo objetivo. Por um lado, servia para amenizar as tensões geradas pela histórica desigualdade social do país e acentuadas pelo projeto de desenvolvimento dependente presidido pelo Estado, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais para as “áreas de fronteira”, estimulada pela ilusão da possibilidade de ascensão social nesses lugares. Por outro, viabilizava a integração e a gestão de um novo espaço econômico extremamente dicotômico, mas complementar, composto pela cidade mundial (a metrópole paulistana) e pelos domínios agromercantis, através da chamada “malha programada”, que permitia a articulação entre esses espaços e um duplo controle territorial (técnico e político) centralizado pelo Estado (BECKER, 1991).

Do planejamento territorial empreendido pelo Estado neste contexto, é possível abstrairmos alguns elementos constitutivos. A *base teórica* na qual esteve assentado foi a da “teoria dos pólos de desenvolvimento”, do economista francês François Perroux, que, partindo da constatação de que o crescimento econômico - tanto setorial quanto espacial - não é algo onipresente, mas que se manifesta com intensidades e em espaços diferenciados (os pólos) estabeleceu que o Estado, enquanto ente neutro e defensor do bem comum deve promover o desenvolvimento, planejando, mapeando e fortalecendo os pólos que já existem, e induzindo a

formação de novos pólos para que seu desenvolvimento se espraiasse por todo o entorno regional (1967 *apud* SOUZA, 2010). Como *base discursiva e ideológica*, comparece, como indicamos anteriormente, a ideia de desenvolvimento econômico basicamente como sinônimo de industrialização e de crescimento ininterrupto do Produto Interno Bruto. Por fim, a “integração do território nacional” se fazia constar como *concepção estratégica do desenvolvimento territorial*, o que se manifestava nos esforços voltados para a integração inter-regional e para o fortalecimento do mercado interno. São esses, pois, os elementos que dão o tom aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs I, II e III), aos Planos Diretores de Desenvolvimento Regional a eles atrelados (no caso do Centro-Oeste, o PLADESCO, por exemplo) e a seus respectivos Programas Especiais (PRODECER, POLOCENTRO, PRODEGRAN, dentre outros).

É somente a partir desta configuração do modo de produção capitalista em escala mundial, de seu desenvolvimento específico na formação sócio-espacial brasileira e dos elementos acima destacados, que podemos compreender as principais ações do planejamento governamental para viabilizar a integração da região Centro-Oeste à região Sudeste e a conformação de um complexo agro-industrial de celulose e papel em Três Lagoas e seu entorno.

Como nos mostra Abreu, através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)¹⁴, a qual competia, para essa região específica, a realização de “(...) levantamentos potenciais e os estudos pertinentes a elaboração de uma programação de ações a serem realizadas em pólos de desenvolvimento definidos (...)” (2003, p 181), foi formulado o Plano de Desenvolvimento Econômico-

¹⁴ Criada pela lei nº 5.365, de 01 de Dezembro de 1967.

Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que selecionou e delimitou a princípio, treze áreas prioritárias para a recepção de investimentos – quatro das quais no espaço mato-grossense. Essa delimitação espacial inicial orientou, posteriormente, com a formulação do II PND (1975-1979) e do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)¹⁵ dele derivado, a escolha de suas áreas-programas, dentre as quais uma faixa entre Campo Grande e Três Lagoas, com a disponibilização de crédito e incentivos para a formação de “maciços florestais”.

Sobre esta escolha, Kudlavicz (2011) salienta que, diante da conjuntura de crise econômica internacional, o II PND previu o ajuste da estrutura econômica do Brasil à situação de escassez de petróleo e conseqüentemente, a ênfase na agropecuária, capaz de realizar a vocação do país como “(...) supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial” (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, *apud* KUDLAVICZ, 2011, p. 43). Nesse sentido, constava no referido plano a concentração de incentivos para “(...) criação dos pólos denominados de ‘maciços florestais’ para produção de matéria-prima (carvão e madeira) para as indústrias, seja siderúrgica ou para a incipiente indústria de celulose e papel” (KUDLAVICZ, 2011, p. 44).

Ainda de acordo com o autor supracitado (KUDLAVICZ, 2011), cabe destacarmos que a área-programa Campo Grande-Três Lagoas, representava uma parte do território dos municípios que compõem a atual microrregião de Três Lagoas, com superfície total de aproximadamente 1,4 milhões/ha ao longo da estrada de ferro Noroeste e do eixo rodoviário da BR 262. Deste modo, portanto, e com estímulos provenientes também de outros dispositivos constituídos para a

¹⁵ Criado por meio do decreto 75.320 de janeiro de 1975.

mesma finalidade – como, por exemplo, a Lei de nº 5.106 de 1966, que concedia incentivos fiscais a empreendimentos florestais, e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET)¹⁶ - foram ocupados 416 mil/ha de terras com plantio de eucalipto e *pinus* nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Água Clara, objetivando atender às indústrias madeireira, de movelaria e de celulose e papel (KUDLAVICZ, 2011, p. 46-47).

É assim que, no ano de 1988, atraída pelas políticas governamentais do período e pelas especificidades regionais, instala-se em Três Lagoas a empresa Chamflora, uma subsidiária da International Paper que tinha por objetivo promover o plantio de eucalipto para a instalação futura de unidade industrial. No entanto, em virtude de mudanças conjunturais, o projeto teve que ser adiado de modo que a base florestal constituída por essa empresa só pôde servir para essa finalidade 18 anos mais tarde, com a troca de ativos entre a VCP e a IP.

PLANEJAMENTO *NEOLIBERAL* E BUSCA PELA INTEGRAÇÃO COMPETITIVA

As conjunturas externa e interna do Brasil no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 marcaram uma inflexão significativa no conjunto de elementos que permitiam a compreensão do planejamento governamental voltado para a produção e ordenamento do território nacional, e dentro dele, também da região Centro-Oeste e do recém-criado estado de Mato Grosso do Sul (1977).

No âmbito externo, como nos explica Araújo (1999), delineou-se um ambiente econômico mundial em que se faziam notar como grandes movimentos

¹⁶ Criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.

concomitantes e dominantes, a *globalização*, entendida como intensificação do processo de internacionalização da produção; a crise do regime fordista e, *pari passu*, a *reestruturação produtiva* subsequente a revolução tecnológica e a emergência de um novo padrão produtivo, de novos setores dinâmicos e de uma nova forma (flexível) de produção; e a *financeirização da riqueza*, manifestada pela hegemonia da forma rentista da acumulação do capital. De igual modo, no plano político-institucional daquele período, merecem destaque fenômenos paralelos como a hegemonia absoluta dos EUA e o avanço da doutrina neoliberal, sobretudo após 1989.

Internamente, a economia brasileira esmaecia com o enorme endividamento externo e o fim do “milagre econômico” da década anterior, como corolário do modelo de desenvolvimento adotado e tornado ainda mais drástico pelos movimentos acima destacados. Diante dessas circunstâncias, diversas opções foram tomadas tendo como base o receituário neoliberal, com o fito de contornar a crise do Estado interventor e restabelecer o crescimento nacional (ARAÚJO, 1999).

A partir disso podemos constatar, tendo por base os próprios documentos oficiais de governo voltados para o planejamento, a emergência de “novos” elementos constitutivos da ação governamental, que apenas em parte diferem-se daqueles que serviram de esteio para o planejamento burocrático-militar. No lugar da base teórica constituída pela teoria dos pólos de desenvolvimento, entrou em cena a concepção dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENIDs)” (SOUZA, 2008)¹⁷, ao passo que o discurso da integração nacional fora substituído pelo da

¹⁷ De acordo com Souza (2008), a concepção dos “ENIDs” nasceu de um estudo realizado por um consórcio multinacional denominado “Consórcio Brasileira”,

“integração competitiva”. A base ideológica do desenvolvimento como sinônimo de industrialização e crescimento econômico também foi repaginada e acrescida do adjetivo “sustentável”, que quer expressar um novo padrão de desenvolvimento dentro dos limites dos recursos naturais, mas que, na verdade serve para dissimular a manutenção dos antigos objetivos gerais sob o controle das frações de classes dominantes nacionais e internacionais (ABREU, 2001).

Sobre o fulcro do planejamento neoliberal os interesses da burguesia financeira (nacional e internacional) foram postos em primeiro plano, e houve a consubstanciação de uma economia dominada por nexos extrovertidos, ou seja, voltada para fora. Todavia, o objetivo geral por ele almejado continuou a ser o crescimento econômico, ainda como sinônimo de desenvolvimento.

No plano macro o resultado dessas modificações foi catastrófico. Além da forte desaceleração econômica e da recessão (que teve início em 1999), o “novo” modelo encarregou-se de promover uma verdadeira destruição de setores inteiros da produção industrial nacional em face da competitividade exterior, ao mesmo tempo em que fortaleceu outros que já eram competitivos.

A dinâmica regional também foi alterada, a medida que a lógica interna de articulação regional – entre o Centro-Oeste e o Sudeste, por exemplo - foi

encomendado e financiado por grandes empresas do setor financeiro, que posteriormente tornou-se a base para a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do primeiro governo FHC para o período de 1996-1999, ao qual foi dado o nome de “Programa Brasil em Ação”. Além de diagnosticar as dificuldades da expansão do capital em toda a América do Sul, o estudo encarregou-se ainda de apontar quais seriam os novos projetos prioritários de investimento e onde eles deveriam ocorrer, tendo a logística como critério fundamental. A partir dele, o território brasileiro foi dividido em 9 eixos, dois dos quais cortando o estado de Mato Grosso do Sul.

substituída pela articulação direta das regiões com o exterior, e nesse quadro, apenas as regiões portadoras de condições logísticas apropriadas e com presença dos setores mais competitivos puderam receber as benesses da política dos ENIDs e da integração competitiva. Assim, com a abertura econômica da década de 1990, iniciada pelo governo Collor (1990-1992) e consolidada pelos governos FHC (1995-2002), Leme afirma que surgiram

(...) novas alternativas de articulação econômica regional, possibilitando aos distintos sistemas produtivos internos uma ligação direta com o exterior e enfraquecendo, portanto, a amarração territorial comandada pela lógica de integração do mercado nacional (LEME, 1999, p. 11).

As consequências desse processo, sintetiza o autor, se expressam de um lado, na competição entre os próprios estados e municípios pela atração de investimentos - a chamada “guerra fiscal” -, e de outro, na tendência ao agravamento das disparidades regionais e da crise federativa (LEME, 1999).

É dentro desta moldura de intervenção que se desenharam as ações do planejamento governamental em Mato Grosso do Sul e, especificamente, na microrregião de Três Lagoas ao longo da década de 1990 e início da década de 2000. Dentro do Programa Brasil em Ação, balizado pelos ENIDs, o território do estado figurava como intermediário entre dois eixos: o Oeste, que abrangia as cidades pólo de Campo Grande e Corumbá e era caracterizado “(...) fundamentalmente pela expansão da produção agropecuária moderna (...)” (CONSÓRCIO BRASILIANA, 1998, *apud* SOUZA, 2008, p. 47) e o Sudoeste, abrangendo Dourados e Três Lagoas, historicamente vinculado ao Sudeste e tendo suas potencialidades representadas

(...) pela sua infra-estrutura adequada já instalada, assentada numa malha rodoviária completa; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pela introdução do gás [gasoduto Brasil-Bolívia], ampliando seu potencial industrial, e pelo seu potencial hídrico, de recursos humanos e tecnológicos e mercado regional (...) ¹⁸.

Nota-se, portanto, que a partir desse contexto no qual se prezou pela integração competitiva por meio do planejamento pautado nos ENIDs, a região de Três Lagoas, que já havia se consolidado como cidade-pólo pelo modelo anterior, passa a ser vista aos olhos do planejamento, por esse mesmo motivo, como um “nó” importante, especialmente por suas facilidades logísticas e pela ligação com o Sudeste. Além da proximidade com o interior paulista, o seu caráter locacional estratégico se deve à presença de elementos como: 1) a rodovia BR 262, que dá acesso direto ao porto de Santos; 2) o gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), já previsto no Programa Brasil em Ação e com início das obras em 1997, cujo traçado passa por ela; 3) a Hidrovia Tietê-Paraná; e 4) a mão de obra barata em comparação com os estados do Sudeste.

Obviamente, a conjunção desses quatro fatores principais coincidindo com a intensificação do processo de desconcentração industrial do Sudeste iniciado nas décadas anteriores, fez de Três Lagoas um espaço extremamente atraente para as empresas em busca de novas vantagens, o que explica, em parte, a vaga industrial explicitada no início do presente texto. Não obstante a isto, é preciso considerar também o papel dos incentivos fiscais concedidos pelo estado para a vinda das novas plantas industriais, ampliados no período em questão devido ao novo cenário

¹⁸ Cf. CONSÓRCIO BRASILIANA, 1998, *apud* SOUZA, 2008, p. 48.

marcado pela guerra fiscal (LEME, 1999; SOUZA, 2010) e, novamente, à antiga e tão difundida tese do desenvolvimento como sinônimo de industrialização.

Outro elemento importante que nos cabe arrolar nesse sentido, diz respeito ao fato de que o alinhamento entre o planejamento que se deu em nível nacional e aquele presidido diretamente pelo Governo do estado de Mato Grosso do Sul a partir de 1999 foi apenas parcial, por conta da chegada ao poder de um governo estadual da então oposição (Governo “Zeca do PT” – 1999-2006), que, embora não tenha fugido às diretrizes mais gerais do planejamento ditado por Brasília, retomou elementos do antigo planejamento de cunho burocrático-militar, como a concentração de esforços para a consolidação de pólos industriais, dentre os quais se destaca Três Lagoas¹⁹.

Conquanto as ações destacadas, seja em nível nacional, seja estadual ou local, tenham sido de suma importância para a atração das empresas que conformariam posteriormente o complexo celulose-papel, no tocante especificamente a esse tipo de inversão, nada verificou-se ao longo da década de 1990. Na verdade, como observa kudlavicz (2011), os maciços florestais presentes na região foram aproveitados nesse período por suas carvoarias, cuja produção esteve voltada para o abastecimento das siderúrgicas de Minas Gerais e São Paulo, e pela indústria madeireira.

¹⁹ Veja-se a este respeito os documentos “Cenários Estratégicos de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2020” e “Cenários Estratégicos de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2025”, os quais orientaram o planejamento empreendido pelo estado no dito período.

PLANEJAMENTO *NOVO-DESENVOLVIMENTISTA* E AS AÇÕES ATUAIS

Com certas restrições, podemos afirmar que o alvorecer do século XXI marca o início de um novo período histórico no que se refere ao caráter da ação governamental, não somente no Brasil, mas em diversos países da América Latina e, dentro dela, com maior intensidade, da América do Sul.

Em termos gerais, a maior manifestação desse intrincado fenômeno talvez tenha sido a onda avassaladora de ascensão de governos ditos “de esquerda” ou “populares” ao topo do poder executivo de diversos países latino-americanos, como consequência direta do corolário devastador do paradigma neoliberal na condução das políticas nesses Estados, sobretudo ao longo da década anterior. Sobre tal fato, Rattner (2000) considera que o balanço assustador dos desdobramentos diretos do neoliberalismo como o alastramento da pobreza, do desemprego, da carência por serviços públicos básicos, do número de famintos e de refugiados, dentre tantos outros, trouxe a baila manifestações contrárias a ele e o anseio por “(...) um paradigma de desenvolvimento alternativo” (p. 17).

O caso brasileiro é exemplar nesse sentido, na medida em que, segundo Pomar (2001), tendo por base o “Programa Brasil em Ação” anteriormente exposto, foram identificados os elos faltantes da reestruturação produtiva, de modo que se consolidou no país o modelo corporativo transnacional. Para o mesmo autor, a agenda do programa prezou acima de tudo pela interiorização e concentração dos recursos em alguns segmentos econômicos – como a produção das *commodities* agrícolas, dentre as quais estão as de origem florestal, com destaque para a celulose -, teve os municípios como base das ações, e não mais a união, e como

meta de decisão locacional o mundo, a partir de uma estratégia de desenvolvimento vinculada à globalização (POMAR, 2001). Sua roupagem social sintetizada no aforismo da busca pela “equidade social” presente no próprio texto do programa, obviamente, e como se pôde observar com o passar do tempo, não condiz com tais objetivos e desaparece no momento de sua execução.

Deste modo, em termos espaciais, sob a égide do capital transnacional globalizado, particularmente o financeiro, o modelo de planejamento de cunho neoliberal conduziu, dentre outros processos, à exacerbação de uma desigualdade regional no território nacional que já era bastante acentuada, devido à “(...) concentração territorial e seletiva da atividade econômica (...)” (LEME, 1999, p. 15) e a difusão das redes (materiais e imateriais) ligando os parques enclaves consolidados entre si e diretamente com os grandes centros da economia global, e deixando de fora vastos espaços do território nacional.

Ora, com o início do governo Lula (2003) e até o presente, embora tenha sido possível notarmos modificações consideráveis no *modus operandi* do planejamento governamental, com a conformação de um modelo no qual foram mesclados o antigo “drive exportador” com o atual “modelo de consumo de massas” (CANO, 2010, p. 30), seria equivocado afirmarmos que os elementos norteadores da ação governamental até então imperantes foram de todo superados. Na verdade, como observa Castelo Branco (2009), seu sustentáculo nesse novo contexto, tem sido uma concepção “novo-desenvolvimentista” do planejamento, com base na qual se intenta conferir tom de legitimidade a uma união completamente contraditória, delineando-se “(...) um projeto nacional de desenvolvimento econômico combinado a uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país (...)” (p. 75), por meio da

ignorância deliberada de pontos capitais como as funções históricas do Estado burguês, a dinâmica das lutas das frações de classe e a incorporação do conceito de “equidade social” sem qualquer referência sistêmica, estrutural ou histórica à desigualdade.

É, pois, no bojo dessa complexa conjuntura histórica e geográfica que devemos buscar compreender as ações mais atuais no sentido de viabilização da vinda das plantas industriais de processamento de celulose e, em menor escala, de produção de papel ao município de Três Lagoas. Antes disto, entretanto, para fecharmos os elementos mais gerais dessa análise, é necessário acrescentarmos a ela a ocorrência de um processo paralelo no plano da economia mundial, ao qual Santos (2009) denomina “transferência espacial” da produção de celulose dos países nos quais se encontrava tradicionalmente consolidada, para países nos quais pouco se fazia notar, e que passaram a receber as principais inversões do setor, principalmente a partir de meados da década de 1990. (Tabela 01).

Tabela 01 – Produção de celulose (em milhões de toneladas)

Regiões/Continentes	Países	1994	2004	Var. Abs. 1994-2004	Var. % 1994-2004
América do Norte	EUA	59,7	53,6	- 6,1	- 10,2
	Canadá	25,4	26,4	1,1	3,9
	Brasil	5,9	9,7	3,8	64,4

América do Sul	Chile	1,6	3,4	1,8	112,5
	Argentina	0,8	0,9	0,1	12,5
Ásia	China	13,8	14,2	0,4	2,9
	Japão	11,1	10,7	- 0,4	- 3, 6
	Indonésia	2,0	5,0	3,0	150,0
	Índia	1,9	3,3	1,4	73,7
Europa	Finlândia	10,1	12,6	2,5	24,8
	Suécia	10,2	12,1	1,9	18,6
	Alemanha	1,9	2,4	0,5	26,3
	Espanha	1,6	2,0	0,4	25,0
	Portugal	1,6	1,9	0,3	18,8
	Áustria	1,6	1,9	0,3	18,8
	Rússia	5,2	7,3	2,1	40,4

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), 2006 - adaptado e citado por Santos (2009, p. 5).

O que de mais importante o quadro apresenta, é que houve, de um lado, uma redução significativa da produção de celulose em países como Estados Unidos, Japão e Austrália e um crescimento comparativamente menor da produção de países tradicionais, como a Finlândia e a Suécia frente à Rússia; e de outro, uma grande expansão da produção em países da América do Sul e da Ásia, principalmente no Brasil, no Chile, na Indonésia e na Índia. Se compararmos esses dados com os da produção de papel dos mesmos países para o dito período, veremos que o mesmo não ocorreu, mas ao inverso disso, observou-se crescimento considerável precisamente nos países que reduziram sua produção de celulose (SANTOS, 2009).

Esse fato, portanto, nos autoriza a deduzir que o que têm se desenhado no panorama mundial a partir da transferência da produção de celulose, são movimentos progressivos de desmembramento e ampliação espacial da cadeia produtiva total do papel, engendrados pelas grandes transnacionais desse, que é um setor extremamente concentrado, em busca da redução dos custos da produção e

do aumento da produtividade, aproveitando-se das mais diversas vantagens locais comparativas pelo globo terrestre.

Com efeito, a miscelânea de processos acima destacados teve repercussão em diversas regiões de vários estados brasileiros, como é o caso do Sul da Bahia, com a implantação recente das fábricas da Veracel e da Suzano – empresas que já têm plantas em construção também no Maranhão e no Piauí - e da porção Sul do estado do Rio Grande do Sul, na qual estão se territorializando a sueco-finlandesa Stora Enso e a brasileira Fibria. Contudo, talvez em nenhuma outra parte do país os interesses e as ações do grande capital agro-florestal estejam tão concatenados e afinados aos do poder público, seja ele estadual ou municipal, como em Mato Grosso do Sul.

O que já havia sido indicado enquanto intenção no documento intitulado “Cenários Estratégicos de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2025” (MATO GROSSO DO SUL, SEPLANCT, 2004), sob a forma do objetivo de fomentar a cadeia produtiva da madeira, fora definitivamente sacramentado e instrumentalizado através do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado (ZEE/MS) (MATO GROSSO DO SUL, 2009), derivado do Programa de Gestão Territorial do estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS)²⁰.

²⁰ Instituído pela Lei Nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009, e publicado em Diário Oficial no dia 29 de dezembro desse mesmo ano. De acordo com o documento, para a consecução do ZEE, consideraram-se duas ordens de fatores: a ecológica e a econômico-social, que, a princípio foram analisadas separadamente, através da geração e interpretação de mapas temáticos representando os diversos elementos da estrutura físico-natural e sócio-econômica do território do estado, incluindo-se suas potencialidades e suas fragilidades, e que em seguida foram superpostas de modo a “(...) estabelecer e delimitar porções territoriais com características próprias, com formas, funções, estrutura e processos compatíveis” (MATO GROSSO DO SUL. DIÁRIO OFICIAL, 2009, p. 7) (disponível em

Escudado sob a justificativa de tornar possível a integração do “(...) desenvolvimento social e econômico com o ordenamento do processo de ocupação espacial visando à sustentabilidade ambiental” (p.1), através do disciplinamento das “(...) atitudes e intervenções no ambiente natural” (p. 3), esse zoneamento promoveu, na verdade, a delimitação de uma extensa área à Centro-Leste do território estadual – nele chamada de “Zona das Monções” (ZMO) - na qual assegura, e inclusive recomenda a expansão prioritária da “agropecuária consorciada com a silvicultura, agroindústria e indústria em geral”, bem como das “(...) culturas de alta capacidade de rendimento”, para as quais se recomenda “(...) a utilização da agricultura mecanizada com alta tecnologia, especialmente a silvicultura produtora de madeira para móveis, *celulose* e energia” (*Ibid.*; p. 45. Grifos nossos).

No mesmo ano de 2009, o governo do estado, por meio de sua Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), encomendou a uma empresa de consultoria privada um estudo com caráter de planejamento estratégico para levar adiante o que indicou o ZEE, resultando no “Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas” (PEF/MS)²¹. Não cabe aqui nos estendermos sobre o PEF/MS, contudo, importa destacar que possui o claro objetivo de atrair mais investimento agro-florestais para a mesma zona delimitada

http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf

²¹ Disponível em: <http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf> (acessado em 09/01/2012).

pelo ZEE, consolidando um *Cluster* ou APL “floresto-industrial” (PEF/MS, p. 27). Para tanto, segundo o plano, a área plantada de eucalipto na região deve passar dos 145.000ha existentes (em 2009) para 607.000ha (em 2030).

Noutro flanco a ação governamental vem fomentando a agroindústria da celulose na região de maneira crescente nos últimos anos, por meio dos abundantes incentivos fiscais, isenções e doações, de modo a garantir fabulosos lucros ao grande capital monopolista que aí tem se instalado. Não bastasse os financiamentos a juros irrisórios contraídos com facilidade pelas grandes empresas junto ao BNDES, para fechar acordo com a então VCP consorciada à IP e seus contratados e subcontratados em 2006, segundo o próprio documento resultante do acordo (*apud* Kudlavicz, 2011, p. 134), o governo estadual abriu mão de nada menos que 67% do ICMS sobre todos os produtos e adicional de 23% nas operações de saídas interestaduais, o que resulta em 90% de incentivo fiscal durante 15 anos, e o governo municipal, de 50 milhões em arrecadação ao longo de 10 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos que, a partir do que foi apresentado, ainda que de modo bastante panorâmico, seja possível tirarmos algumas conclusões acerca da relação entre o planejamento governamental e o processo de territorialização do complexo celulose-papel na microrregião de Três Lagoas.

Como vimos, de formas diferentes, e com elementos constitutivos (base teórica, base discursiva e ideológica e concepção estratégica do desenvolvimento territorial) que foram se alterando ao longo do tempo em cada um dos períodos

indicados, o Estado brasileiro, sob o comando dos sucessivos governos e em seus diversos níveis (união, estados e municípios), vem induzindo e fomentando a atividade industrial por meio do planejamento territorial há quase um século, e mais notavelmente nos últimos 50 anos. Em todo esse longo período, o elemento de continuidade que mais nos salta aos olhos é a estratégica vinculação causal entre essa atividade e o desenvolvimento, ou seja, a crença de que por meio do planejamento governamental se deve buscar a industrialização para que se alcance um estágio superior de prosperidade social.

Entretanto, estão subjacentes a esta tese, desde sua origem, o imperialismo e a mobilidade do grande capital monopolista em escala mundial, os interesses das frações de classes dominantes detentoras das frações do grande capital e do poder do Estado brasileiro, bem como das elites regionais e locais, sedentas por beneficiar-se das novas inversões.

Em Três Lagoas, como demonstramos, a articulação entre os processos inerentes ao modo de produção capitalista em âmbito internacional, nacional e local, e a ação indutora do Estado ao longo de décadas a fio, têm conduzido paulatinamente à formação do complexo celulose-papel. Portanto, devemos afastar peremptoriamente a ideia de que a microrregião possui vocação natural para o agronegócio da celulose, tendo em vista que, malgrado algumas de suas características edafoclimáticas que são extremamente vantajosas para este tipo de atividade, são os elementos sociais construídos a expensas do poder público e entregues sem nenhum ônus ao grande capital, que explicam os fenômenos recentes.

Tem sido assim, pois, que sob a justificativa do desenvolvimento local e regional sustentável - que, como advogam seus entusiastas, trará riqueza, emprego e renda sem prejuízo para o equilíbrio ambiental e social - o agronegócio tem praticado sua volúpia destrutiva em Três Lagoas, com o consentimento da sociedade e a anuência da opinião pública.

O que não está dito, todavia, é que os novos empreendimentos, devido ao escopo global de sua produção, são quase completamente automatizados, e que por isso, os surtos de emprego experimentados nos últimos anos são cíclicos e têm se dado apenas nos momentos de construção das plantas fabris; que a especialização cada vez mais profunda da região na produção da celulose envolve riscos altíssimos a médio e longo prazo, devido à volatilidade do mercado mundial desse produto; e que o pesado ônus dos problemas relativos à qualidade de vida, que já tem sido pago a duras penas pela população local, pode tornar-se ainda mais insuportável devido a fatores como a monopolização do território por um único cultivo, o uso de defensivos agrícolas extremamente nocivos à saúde humana, à migração desenfreada e o êxodo rural, a precarização das relações de trabalho, dentre tantos outros.

O caso de Três Lagoas é apenas mais um, dentre tantos outros que podem ser tomados como exemplos expressivos da inviabilidade do modelo societal presidido pelo capital e resguardado pelo Estado burguês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense** - contexto, propósitos e contradições. 2001. 327f. Tese (Doutorado em

Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

ABREU, S de. O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: MORETTI, E. C; CALIXTO, M. J. **Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente**. 1. ed. Vol. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 177-214.

ALMEIDA, R. A. de. **A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária**. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/Porto Alegre: 2010. (Disponível em meio eletrônico em: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>).

ARAÚJO, T. B. de. Brasil anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** - ANPUR. Recife, Nº 2, p. 9-24. mai/Nov. 1999.

BALDO, A. C. S.; SILVA, C. A. A. da. **A produção do espaço urbano e a questão da moradia: os conjuntos residenciais em Três Lagoas/MS**. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/Porto Alegre: 2010. (Disponível em meio eletrônico em: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>).

BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço & Debates**. São Paulo, vol. 11. Nº 32, 1991.

CAMPACHE, S. A. **Culturas de classe: indícios da formação de classe e da cultura operária em três lagoas – MS**. In: v. 01. Anais do XVIII Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos Sul Mato-Grossense de Geógrafos - ENSUL, Três Lagoas, 2010. p. 873-885.

CAMPACHE, S. A.; SILVA, G. P. **Relações de trabalho em Três Lagoas-MS: industrialização recente, uma perspectiva de análise**. in: v. 01. Anais do X Encontro de História de Mato Grosso do Sul/ I Simpósio Internacional de História/ XIII Semana de História da UFMS/CPTL, Três Lagoas, 2010. p. 1878-1891.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 183, ago. 2010.

CASTELO BRANCO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**. Rio de JaneiroV. 8, n. 1, 2009. p. 71-91.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COVRE, M. L. M. **A fala dos homens**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (org). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: vozes, 2000.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2ª Ed (revisada e ampliada). São Paulo: Brasiliense, 1989.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de três lagoas/MS**. 2011. 170f. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas (MS).

LEME, H. **Centro-Oeste: dilemas do desenvolvimento**. (Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Centro-Oeste). [s.n.] Anápolis, 1999. 12p.

MATO GROSSO DO SUL (estado). Secretaria de Estado e de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. **Cenários e Estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul – MS 2025**. Caminhos para o desenvolvimento. Campo Grande, 2004.

MATO GROSSO DO SUL (estado). Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009. Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências. **Diário Oficial [do estado de Mato Grosso do Sul]**, Campo Grande, n. 7.612. 68p. 29 dez. 2009. (disponível em://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf).

MATO GROSSO DO SUL (estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR. **Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas** (resumo executivo). Campo Grande, MS, mar. 2009 (disponível em: <http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf> - acessado em 09/01/2012).

POMAR, W. Reflexões sobre o desenvolvimento. **Teoria e debate**. São Paulo. n. 46. p. 26-29. Nov/dez 2006.

RATTNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. v. 2. São Paulo: EDUSP, 2000. 370p.

SACHS, W. (Org). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: vozes, 2000.

SANTOS, J. R. dos . **A Constituição do Complexo Agroindustrial de Celulose no Rio Grande do Sul: uma Avaliação da Dinâmica Global e da Inserção Brasileira no Setor**. In: *Annales del XII Encuentro de Geografos de America Latina*, Montevideo, Uruguai, 2009. s/p.

SOUZA, A. de O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional.** Dourados: Editora da UFGD, 2008. 122p.

SOUZA, A. de O. **Estado e indução da atividade industrial.** Dourados: Ed. UFGD, 2010. 116p. – (Cadernos acadêmicos UFGD. Ciências Humanas). 116p.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.